

Os ventos de Acapulco

chegaram a Nova York?

3 DEZ 1987

JORNAL DA TARDE

Arrasada nos últimos três anos pelos sucessivos crimes de que foi vítima, pela moratória externa e pelas sombrias perspectivas do quadro político interno, a economia brasileira mergulha em parafuso para a "estagnação", palavra que no jargão econômico significa uma perversa mistura de estagnação e inflação elevada. Este cenário desolador é o principal resultado do desgoverno dos fósseis do PMDB, que, apesar do desespero dos brasileiros, continua nos arrastando para o caos. Exemplo típico da ação destruidora desses maus políticos é a tentativa de jogar por terra o acordo provisório assinado com os bancos credores no início de novembro, que até aqui era o único horizonte relativamente claro para nossa economia em 1988, ao estabelecer as condições para o fim da moratória, o compromisso de reaproximação com o FMI e o retorno para as águas mais seguras da ortodoxia.

Parece que nem com este alívio poderemos contar. Há informações de que, pelo "consenso" de Acapulco, o ministro Bresser Pereira resolveu virar seus canhões verbais contra os bancos credores, dizendo alto e bom som que não aceitará mais nenhum acordo provisório, que não se preocupa mais com um possível rebaixamento do crédito brasileiro pelo Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC) e que o Brasil não voltará a pagar juros da dívida a partir de janeiro se os bancos não aprovarem um acordo sobre o reescalonamento do principal da dívida de 1986 a 1989 e de uma parte substancial dos juros de 1987 a 1989.

O sr. Bresser Pereira resolveu fazer essas novas ameaças aos credores justamente no momento em que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, e o assessor especial Fernão Bracher reiniciavam as negociações com os membros do comitê assessor dos bancos, em Nova York. Essa mudança de tom sugere que, enfraquecido internamente pelos maus resultados de sua política econômica e obrigado a engolir sapos pelo presidente da República, como aconteceu no caso do Imposto sobre o Patrimônio Líquido e na controvérsia sobre as Zonas de Processamento de Exportação, o ministro estaria propenso a abandonar a linha de bom senso que vinha seguindo no plano externo para fazer o jogo dos fósseis do PMDB, ou ainda que as palmas ouvidas em Acapulco convenceram o sr. Sarney de que toda aquela baboseira aplaudida lá realmente significa alguma coisa...

Na terça-feira, o ministro da Fazenda disse calmamente que o Brasil e os bancos têm prazo até 15 de janeiro para concluir um acordo mas, se isso não acontecer, o governo brasileiro suspenderá os pagamentos prometidos, isto é, manterá a moratória. Esta surpreendente virada do ministro foi ainda mais longe, conforme noticiou o correspondente da *Gazeta Mercantil*, quando ele afirmou que "a proposta básica de renegociação da dívida é a mesma que foi apresentada aos credores no último dia 25 de setembro. O País insistirá na redução da dívida por meio da conversão gradual voluntária de parte dela em investimentos e/ou em títulos de longo prazo, com juros mais baixos, incorporando uma parte do desconto com que os papéis brasileiros são transacionados no mercado".

Em suma, o sr. Bresser Pereira começa a manifestar uma intransigência que em nada vai ajudar a restabelecer o relacionamento normal do País com a comunidade internacional. Ao contrário, servirá apenas para reavivar a resistência dos 700 bancos credores em fazer qualquer concessão ao País enquanto não for reiniciado o pagamento do serviço da dívida. Essa atitude do ministro e dos seus companheiros de partido (estes só querem mesmo é ver o circo pegar fogo) nos situa abaixo dos 50 países-membros da Organização de Unidade Africana (OUA), que devem US\$ 200 bilhões aos bancos, mas rejeitam terminantemente a idéia da moratória.

"Nenhuma medida será tomada — declarou o presidente da OUA, Kenneth Kaunda — sem antes ter sido discutida e acertada com nossos parceiros ocidentais, porque não queremos o caminho do confronto e sim o do diálogo." Ou seja, mesmo sabendo que o serviço da dívida já representa 40% das exportações do continente, prejudicadas pela baixa dos preços das matérias-primas, os países africanos não pretendem voltar as costas ao resto do mundo, como fazem os fósseis do PMDB, que hoje já manipulam o ministro Bresser Pereira como um fantoche.

É difícil esperar um desfecho satisfatório das negociações com os credores em Nova York depois das estabanas palavras do ministro da Fazenda, que mais parece interessado em virar a mesa do que em concluir um acordo razoável para ambas as partes. Aliás, a mudança de tom na negociação já começou na segunda-feira, quando o presidente do Banco Central e o assessor Fernão Bracher voltaram a pedir aos bancos o refinanciamento total dos juros vencidos entre 20 de fevereiro e 31 de dezembro de 1987, embora o País já tivesse concordado, no acordo provisório, que os bancos entrariam com US\$ 3 bilhões para esse fim (o comitê assessor de bancos já conseguiu pelo menos 60% dos US\$ 3 bilhões).

O resumo da ópera é o seguinte: se antes, no meio das nuvens de tempestade, havia pelo menos a perspectiva de um acordo com os credores e de uma paulatina normalização da situação externa (e nossa economia tem sobrevivido, ultimamente, principalmente das exportações), parece que estamos novamente diante do risco de um rompimento do acordo provisório e sujeitos a cortes nas linhas de crédito de curto prazo, para não falarmos na possibilidade de rebaixamento do nosso crédito pelo Icerc, o que para o sr. Bresser Pereira "pouco importa"...

É com toda esta moral que este ministro e este governo querem avançar com mais um pacote fiscal arbitrário sobre o bolso dos contribuintes brasileiros...